vinetur

Câmara dos Comuns aprova aumento do imposto sobre o álcool por 331 votos contra 181

A medida orçamental aumentará os impostos sobre cerveja, vinho e bebidas espirituosas a partir de 1 de fevereiro de 2027, revendo as taxas para bebidas à pressão e os benefícios para pequenos produtores

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



Em Westminster, a Câmara dos Comuns aprovou na terça-feira, 3 de novembro, novas taxas do imposto sobre o álcool, apoiando uma resolução orçamental que aumentará os impostos sobre cerveja, vinho e bebidas espirituosas a partir de 1 de fevereiro de 2027.

A medida foi aprovada por 331 votos contra 181, segundo o registo parlamentar Hansard. Atualiza o imposto sobre o álcool em várias categorias de bebidas e altera também as taxas aplicáveis aos produtos vendidos à pressão e os benefícios disponíveis para pequenos produtores.

A votação na Câmara dos Comuns integra a nova tabela no plano orçamental mais amplo do Governo para o próximo exercício financeiro. Segundo o registo parlamentar, as alterações visam atualizar os impostos sobre o álcool em linha com a inflação e apoiar o que os deputados descreveram durante o debate como um sistema fiscal justo e adaptado às atuais condições económicas. A informação de origem refere também que a política está ligada a objetivos mais amplos de finanças públicas e de saúde pública.

As alterações aprovadas abrangem partes importantes do mercado do álcool. A cerveja, o vinho e as bebidas espirituosas são todos afetados, e a resolução contempla também os produtos vendidos à pressão, um aspeto importante para os pubs e outras empresas do setor da hotelaria e restauração. As alterações aos benefícios para pequenos produtores são igualmente relevantes para pequenas cervejeiras, adegas, produtores de sidra e destilarias que dependem do apoio fiscal para concorrer com empresas de maior dimensão.

É provável que a decisão seja acompanhada de perto pelas empresas de bebidas, uma vez que o Reino Unido é um mercado importante para produtores nacionais e importadores. O aumento das taxas do imposto pode elevar os custos fiscais ao longo das cadeias de abastecimento, e as empresas poderão agora ter de rever preços, margens e planos de produto antes da entrada em vigor, em fevereiro de 2027. Qualquer impacto nos preços de venda ao público ou nos preços praticados nos bares dependerá da medida em que as empresas decidam ou consigam repercutir os custos adicionais.

Para os importadores, o calendário é importante, porque os produtos alcoólicos passam muitas vezes por longos ciclos de encomenda e transporte. Os produtores e distribuidores poderão também ter de ajustar contratos, planos promocionais e decisões de gestão de stocks muito antes de as novas taxas entrarem em vigor. As empresas que operam em várias categorias poderão sentir impactos desiguais, uma vez que as alterações ao imposto nem sempre afetam da mesma forma a cerveja, o vinho e as bebidas espirituosas.

As alterações ao imposto sobre as bebidas à pressão serão acompanhadas com especial atenção pelo setor dos pubs, onde o tratamento fiscal pode influenciar a diferença de preço entre bebidas servidas à pressão e bebidas vendidas no retalho. A revisão dos benefícios para pequenos produtores poderá também ter relevância para além das maiores marcas, já que as pequenas empresas têm muitas vezes menos margem para absorver aumentos de custos e menos possibilidades de os distribuir por uma gama ampla de produtos.

Durante o debate na Câmara dos Comuns, os apoiantes da resolução defenderam que o sistema fiscal deve refletir as condições económicas e continuar a apoiar os serviços públicos. A informação de origem refere que os deputados favoráveis à medida sublinharam a importância de manter um quadro orçamental sustentável, preservando ao mesmo tempo uma abordagem à tributação do álcool que consideraram equilibrada e atual.

A votação mostra também que o Governo dispunha de uma maioria clara para esta parte do seu pacote orçamental. Embora o debate político na Câmara tenha incidido sobre a tributação e as políticas públicas, o impacto comercial passará agora a ser uma questão central para o setor das bebidas. Produtores, importadores, grossistas e retalhistas terão de avaliar os efeitos das taxas revistas nos diferentes produtos, sobretudo nos casos em que as margens já são reduzidas ou em que a concorrência limita a possibilidade de aumentar os preços.

Como o sistema britânico de imposto sobre o álcool distingue os produtos por categoria e prevê um tratamento específico para as bebidas à pressão e os pequenos produtores, uma única votação na Câmara dos Comuns pode ter consequências diferentes em cada

segmento do mercado. Uma cervejeira que venda a pubs, um importador de vinho que abasteça supermercados e um produtor de bebidas espirituosas que opere nos mercados de exportação e doméstico poderão ser afetados de formas distintas pela mesma alteração legislativa.

A resolução aprovada passa agora a integrar o quadro orçamental mais amplo associado aos planos financeiros do Governo, estando a entrada em vigor das novas taxas do imposto sobre o álcool prevista para 1 de fevereiro de 2027.